

Assunto **Fwd: Re: Questionamento - Pregão 82/2017**
De Ana Lucia Gomes Fernandes <afernandes@semaepiracicaba.sp.gov.br>
Para <forte.contratos@gmail.com>
Responder para <afernandes@semaepiracicaba.sp.gov.br>
Data 23/08/2017 14:22

----- Mensagem original -----

Assunto:Re: Questionamento - Pregão 82/2017

Data:23/08/2017 13:45

De:"Alice - Compras" <masantos@semaepiracicaba.sp.gov.br>

Para:"SEMAE - Ana Lucia" <afernandes@semaepiracicaba.sp.gov.br>, "Hermes - Compras" <jgallucci@semaepiracicaba.sp.gov.br>

Pregão 82/2017

Ref.: Questionamento da empresa FORTE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS DE ENGENHARIA EIRELI - ME

Em primeiro lugar informamos que artigo 7º da Lei 9.317/96 a que se refere a empresa Forte Administração e Serviços de Engenharia Eirelli –

ME foi revogado , mas respondendo ao questionamento em questão temos que a adoção de um sistema de contabilidade pelas pessoas

jurídicas, assim como a escrituração e autenticação do livro diário são procedimentos obrigatórios por força dos artigos 1.179 a 1.181 do código civil (lei 10.406) e das resoluções do CFC, órgão que possui eficácia normativa atribuída por lei, para regular acerca dos princípios contábeis. Na verdade, mesmo que fossem dispensados pela legislação comercial, estariam obrigados pela legislação fiscal.

Os artigos 1.179 a 1181 do código civil deliberam sobre a obrigatoriedade de adoção de um sistema de contabilidade e da utilização do livro diário, assim como a elaboração do balanço patrimonial e demonstrativo do resultado econômico, mas o § 2o do artigo 1.179 é o que tem induzido alguns ao erro:

"§ 2o É dispensado das exigências deste artigo o pequeno empresário a que se refere o art. 970."

"Art. 970. A lei assegurará tratamento favorecido, diferenciado e simplificado ao empresário rural e ao pequeno empresário, quanto à inscrição e aos efeitos daí decorrentes."

Ocorre que o art. 970 não é quem define o pequeno empresário, ele apenas menciona que a lei assegurará tratamento favorecido a esse. A lei que assegura tratamento favorecido, diferenciado e simplificado ao pequeno empresário é a lei complementar 123/2006, e é ela quem atualmente define o pequeno empresário.

Lei Complementar 123/2006

"Art. 68. Considera-se pequeno empresário, para efeito de aplicação do disposto nos arts. 970 e 1.179 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), o empresário individual caracterizado como microempresa na forma desta Lei Complementar que aufera receita bruta anual até o limite previsto no § 1o do art. 18-A."

"Art. 18-A. O Microempreendedor Individual – MEI poderá optar pelo recolhimento dos impostos e contribuições abrangidos pelo Simples Nacional em valores fixos mensais, independentemente da receita bruta por ele auferida no mês, na forma prevista neste artigo."

"§ 1o Para os efeitos desta Lei Complementar, considera-se MEI o empresário individual a que se refere o art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), que tenha auferido receita bruta, no ano-calendário anterior, de até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais)", optante pelo Simples Nacional e que não esteja impedido de optar pela sistemática prevista neste artigo."

O pequeno empresário a que se refere o artigo 970 do código civil é o microempreendedor individual, portanto, a dispensa de escrituração contábil se aplica somente a eles e a mais ninguém.



From: Forte Administração e Serviços de Engenharia

Sent: Tuesday, August 22, 2017 3:14 PM

To: licitacao@semaepiracicaba.sp.gov.br

Subject: Questionamento - Pregão 82/2017

Prezados boa tarde,

Venho através deste questionar o edital - **PR/82/2017**

Objeto.: **Registrar preços de Serviços de Reposição de Passeio.**

Questão é.: Referente ao item 7.4.2 - (Balanço Patrimonial) e sub-itens, vem questionar a obrigação dos mesmo para Empresas de Pequeno Porte e optante pelo Simples Nacional, conforme abaixo:

Dispõe o artigo 7º da [Lei 9.317/96](#):

*Art. 7º A microempresa e a empresa de pequeno porte, inscritas no SIMPLES apresentarão, anualmente, **declaração simplificada** que será entregue até o último dia útil do mês de maio do ano-calendário subsequente ao da ocorrência dos fatos geradores dos impostos e contribuições de que tratam os arts. 3º e 4º.*

§ 1º A microempresa e a empresa de pequeno porte ficam dispensadas de escrituração comercial desde que mantenham, em boa ordem e guarda e enquanto não decorrido o prazo decadencial e não prescritas eventuais ações que lhes sejam pertinentes:

a) Livro Caixa, no qual deverá estar escriturada toda a sua movimentação financeira, inclusive bancária;

b) Livro de Registro de Inventário, no qual deverão constar registrados os estoques existentes no término de cada ano-calendário;

c) todos os documentos e demais papéis que serviram de base para a escrituração dos livros referidos nas alíneas anteriores.

Gostaria de um esclarecimento se É ou NÃO Obrigatório Apresentação !!!

DADOS DA EMPRESA:

FORTE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS DE ENGENHARIA EIRELI - ME

CNPJ: 10.632.154/0001-50

ENDEREÇO: RUA CATAUXIS, 182 - VILA ALPINA - SÃO PAULO - CEP: 03.202-010

FONE/FAX: (11) 2597-8391 | 9 6334-8101

Email: forte.contratos@gmail.com

Desde já agradeço,

Atte,



Amanda França

Diretoria

Fone: 11-2597-8391

Celular: 11-96334-8101

forte.contratos@gmail.com